

O direito ao trabalho protegido pela lei é uma garantia de respeito à dignidade humana. É o que consta na Constituição Federal e em normas internacionais. Todavia, só a existência de leis que asseauram direitos não é suficiente.

Em 2015 e 2016 a sociedade brasileira tem vivido momentos de grandes dificuldades econômicas e políticas, a exigir da cidadania voz ativa nas questões que dizem respeito à centralidade dos direitos humanos e sociais como valores fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa.

Justo quando se tornam consistentes essas adversidades, recrudescem iniciativas de lei que tomam o trabalho digno e o direito do trabalho como alvos, sob a falsa justificativa da atual crise brasileira e no rescaldo da última grande crise mundial iniciada em 2008.

A polarização no seio da sociedade em detrimento da solidariedade coletiva ou a globalização da desigualdade não são caminhos para a felicidade.

Em um país com 3,2 milhões de crianças submetidas a regime de trabalho ilegal e em troca de alguns trocados, quando deveriam apenas estudar, sem falar de outras tantas entregues à marginalidade e ao tráfico, vivendo na mesma sociedade que ainda conta aos milhares os trabalhadores que foram libertados da vergonhosa condição de escravos contemporâneos e em milhões os brasileiros que ainda estão no mercado informal de trabalho, deve-se carregar e construir a certeza de que a precarização não pode ser admitida como alternativa de futuro.

E é por esse motivo que, com este importante material, pretende-se promover maior integração com a comunidade, de forma esclarecedora, auxiliando no desenvolvimento da cidadania de todos os atores, mas principalmente das camadas menos favorecidas, estimulando o respeito aos direitos humanos e sociais e promovendo o mais amplo acesso à Justica.

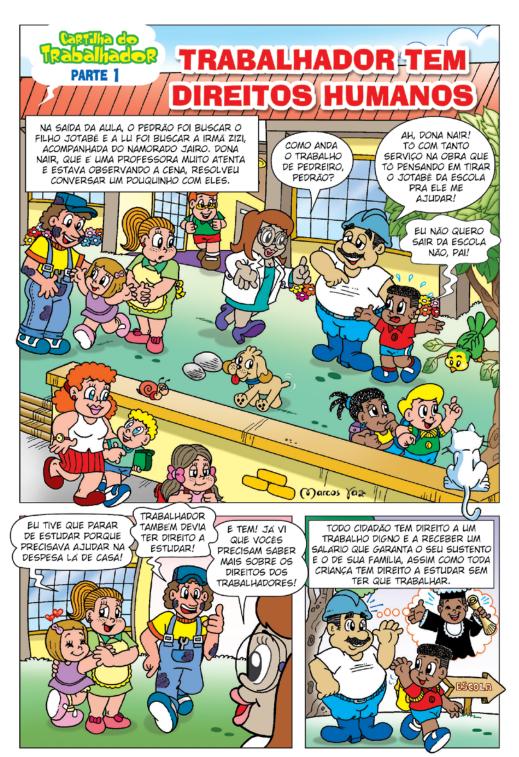
Esta ação conta com o patrocínio da Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL e União Geral dos Trabalhadores - UGT e tem a marca da esperança de que nosso país será mais justo e solidário se fizermos valer nossos direitos!

Em nome da Anamatra, agradeço aos juízes Beatriz de Lima Pereira, Eliete da Silva Telles, Cláudio Mascarenhas Brandão e Gustavo Fontoura Vieira membros da Comissão responsável pela elaboração desta cartilha e, ainda, a Eliete da Silva Telles, Noemia Porto e Rosemeire Lopes Fernandes que auxiliaram no trabalho de revisão e de atualização para esta nova tiragem.

Brasília, abril de 2016.

**Germano Silveira de Siqueira** *Presidente da Anamatra* 









ELES ESTÃO, AINDA, NAS LEIS
INTERNACIONAIS DA OIT - ORGANIZAÇÃO
> INTERNACIONAL DO TRABALHO!
NO BRASIL, OS DIREITOS BASICOS
ESTÃO NA NOSSA CONSTITUIÇÃO!







## CARTEIRA DE TRABALHO

A CARTEIRA DE TRABALHO E O
DOCUMENTO DE IDENTIDADE DO
TRABALHADOR. SERVE TAMBEM
COMO REGISTRO DO HISTORICO
DE SUA VIDA PROFISSIONAL.





















### JORNADA DE TRABALHO





































## SEGURO-DESEMPREGO

E O SEGURO-DESEMPREGO, E DIREITO DE TODO TRABALHADOR TAMBEM?

SIM, TEM DIREITO TODO EMPREGADO COM MAIS DE 6 MESES DE TRABALHO, DISPENSADO SEM JUSTA CAUSA E QUE FIQUE DESEMPREGADO, DESDE QUE CUMPRA OS REQUISITOS LEGAIS!!

















TANTO UMA QUANTO A OUTRA VISAM PROTEGER A CRIANCA E A MULHER GRAVIDA, MAS A ESTABILIDADE GARANTE O EMPREGO DA TRABALHADORA DESDE A CONFIRMAÇÃO DA GRAVIDEZ ATE A CRIANÇA COMPLETAR 5 MESES DE VIDA.



# LICENÇA PATERNIDADE



LIAU! ENTÃO A GENTE PODE FICAR 4 MESES EM CASA SÓ NA FOLGA???

NANANINANÃO! O PERÍODO DE **AFASTAMENTO** PARA O PAI É DE 5 DIAS, E ISSO NÃO É ESTABILIDADE!

AFINAL DE CONTAS, O QUE É ESSA TAL ESTABILIDADE?

E O DIREITO QUE ALGUNS EMPREGADOS TÊM DE CONTINUAR NO EMPREGO, SÓ





ESTABILIDADE NO EMPREGO





DIRIGENTE SINDICAL TAMBEM TEM
ESTABILIDADE, DESDE O MOMENTO QUE
REGISTRAR SUA CANDIDATURA ATE UM
ANO APOS TERMINAR SEU MANDATO.



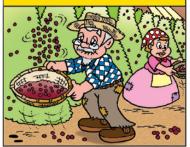


## TRABALHO RURAL

E O MEU AVO, QUE TRABALHA NA ROÇA, TAMBEM TEM DIREITOS TRABALHISTAS?



CLARO! SEU AVÓ E UM TRABALHADOR RURAL, PORQUE TRABALHA NUMA PROPRIEDADE RURAL, E A CONSTITUIÇÃO GARANTE A ELE OS MESMOS DIREITOS DE QUEM TRABALHA NA CIDADE!























OUVI
FALAR
DE UM TAL
CONTRATO
TEMPORÁRIO..

TEM RAZÃO! ELE
EXISTE PARA SITUAÇÕES
ESPECIAIS, SÓ PODE DURAR
ATÉ 3 MESES E DEVE <
SER FEITO POR EMPRESAS
CADASTRADAS NO
MINISTERIO DO TRABALHO!



### **DEVERES DO EMPREGADO E DO EMPREGADOR**

PELO QUE
ENTENDI, NOS
CONTRATOS DE
TRABALHO HÁ
OBRIGAÇÕES TANTO
PRO EMPREGADO COMO
PRO PATRÃO?!

E ISSO MESMO! O EMPRE-GADO DEVE TRABALHAR COM DEDICAÇÃO, CLIMPRIR AS ORDENS DO SERVIÇO, NÃO FALTAR AO TRABALHO, SER PONTUAL, RESPEITAR OS CHEFES, OS COLEGAS...



LIE? E O
PATRÃO NÃO
TEM DEVER
NÃO?

OS EMPREGADOS, PAGAR
OS SALARIOS EM DIA,
SEM ATRASOS;...

















### **DIREITOS DO ADOLESCENTE EMPREGADO**

E OS ADOLESCENTES... QUAIS OS SEUS DIREITOS? O ADOLESCENTE TRABALHADOR, ENTRE 16 E 18 ANOS, TEM OS MESMOS DIREITOS DOS DEMAIS EMPREGADOS!



DIREITOS DO APRENDIZ

E AINDA TEM ALGUMAS GARANTIAS: ENQUANTO FOR MENOR DE 18 ANOS PODE RECLAMAR SEUS DIREITOS A QUALQUER TEMPO, NÃO PODE TRABALHAR A NOITE E NEM EM LUGAR PERIGOSO.



\*SRT: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO

FAZER UM SERVIÇO E APRENDER UMA PROFISSÃO?

E QUANDO A GENTE

E CONTRATADO PRA

O JOVEM QUE TEM ENTRE
14 E 24 ANOS, PODE SER
CONTRATADO COMO APRENDIZ
NO MAXIMO POR DOIS ANOS,
DEVENDO RECEBER ENSINO
TECNICO E PROFISSIONAL, TER
ESSE CONTRATO ASSINADO
NA CARTEIRA E TEM OUTROS
DIREITOS E GARANTIAS!





### **DIREITOS DO ESTAGIÁRIO**

ESTAGIARIO NÃO E EMPREGADO!
TEM DE SER ESTUDANTE MAIOR DE
16 ANOS, FISCALIZADO E AVALIADO
PELA ESCOLA, TRABALHAR NO
MAXIMO 6 HORAS DIARIAS E 30
SEMANAIS, TER FERIAS REMUNERADAS,
AUXÍLIO-TRANSPORTE, SEGUROACIDENTE E O CONTRATO NÃO PODE
DURAR MAIS DE 2 ANOS!

### ROMPENDO O CONTRATO

E QUANDO A GENTE NESSE CASO, SE O DESISTE DE CONTINUAR PATRÃO NÃO FEZ NADA EMPREGADO DO PATRÃO, ERRADO, VOCÊ O QUE ACONTECE? ESTA PEDINDO DEMISSÃO!



ELE PRECISA COMUNICAR AO PATRÃO COM ANTECEDÊNCIA E CUMPRIR AVISO PREVIO. SE NÃO FOR CUMPRIDO, O PATRÃO PODE DESCONTAR O VALOR DO AVISO NAS PARCELAS DA RESCISÃO.







SE O

ALEM DISSO O EMPREGADO DEVE RECEBER O SALDO DE SALARIO, 13°, FERIAS E MULTA DE 40° DO FGTS, CUJOS DEPOSITOS TAMBEM SERÃO LIBERADOS.





A DISPENSA COM JUSTA CAUSA E O ROMPIMENTO DO CONTRATO DE TRABALHO DEVIDO AS PALTAS GRAVES COMETIDAS PELO EMPREGADO OU PELO EMPREGADOR!





NESSE CASO, ELE SO RECEBERA O SALDO
DE SALARIO E OS PERIODOS COMPLETOS
DE FERIAS E 13º. NÃO TEM NADA DE
PROPORCIONAL E NEM VÈ A CARA DO FGTS E
DO SEGUIRO-DESEMPREGO. A COISA FICA FEIA!









O SINDICATO DOS TRABALHADORES DA SUA CATEGORIA PARA O PAGAMENTO DAS PARCELAS DEVIDAS.

SINDICATO

AMOGADO

EMPREGADO E EMPREGADOR VÃO ATÉ





























E COMO A
EMPRESA FAZ
PRA SABER COMO
ANDA A SAÚDE DO
EMPREGADO?

A EMPRESA DEVE
PROVIDENCIAR OS
EXAMES MEDICOS NO
INÍCIO, DURANTE E NO
FINAL DO CONTRATO!



















## ASSÉDIO E DISCRIMINAÇÃO

DONA NAIR, E
E QUANDO O
PATRÃO FICA SE
ENGRAÇANDO
PRO LADO
DA GENTE?

TEM PATRÃO QUE NÃO
TEM DESCONFICMETRO,
E SE APROVEITA QUE E
CHEFE PARA MOLESTAR
A EMPREGADA!















PICAM EM ALOJAMENTOS RUINS, RECEBEM
UMA PESSIMA ALIMENTAÇÃO... E SO DEPOIS
DESCOBREM QUE O SALARIO NÃO E O COMBINADO
E QUE AINDA TEM QUE PAGAR O TRANSPORTE,
A MORADIA E A COMIDA.











ORA, ZIZI, LUGAR DE CRIANÇA E























NOSSA CONSTITUIÇÃO GARANTE A LIBERDADE DOS SINDICATOS! ELES SÃO IMPORTANTES NA CRIAÇÃO DE NOVAS LEIS E NAS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS!



AH, ENTÃO FOI O SINDI-CATO QUE

CONSEGUIU O

O SINDICATO E COMO EU DEFENDE SEMPRE TODOS FAÇO PARA O OS TRABALHADORES DA SINDICATO ME CATEGORIA, MESMO AQUELES DEFENDER? QUE NÃO SÃO FILIADOS!



























O MINISTERIO DO TRABALHO FISCALIZA O CUMPRIMENTO DAS LEIS DO TRABALHO, APLICA MULTAS, PODE ATE INTERDITAR O LOCAL DE TRABALHO.



JA O MINISTERIO PÚBLICO DO TRABALHO PROTEGE TODA A SOCIEDADE, DEFENDENDO AS LEIS DO TRABALHO. AGE CONTRA O TRABALHO INFANTIL, O TRABALHO ESCRAVO, O PERIGOSO, AS DISCRIMINACOES...



A SENHORA FALOU EM MINISTERIO DO TRABALHO E JUSTIÇA DO TRABALHO... E TUDO A MESMA COISA? NÃO! A JUSTIÇA DO TRABALHO É DIFERENTE.. SUA FUNÇÃO É JULGAR OS PROCESSOS DECOR-RENTES DAS RELAÇÕES DE TRABALHO!



ENTÃO É NA JUSTIÇA
DO TRABALHO QUE O
EMPREGADO PODE
RECLAMAR O REGISTRO
NA CARTEIRA DE TRABALHO
E OS SEUS DIREITOS?

ISSO MESMO!
MAS FIQUE ALERTA!
THE PRAZO PARA
RECLAMAR: CINCO
ANOS DURANTE O
CONTRATO E DOIS
ANOS DEPOIS QUE
ELE TERMINA!



















### **RECURSOS JUDICIAIS**

E SE DEPOIS
QUE O JUIZ DER
A SENTENÇA, EU
TIVER PERDIDO A
AÇÃO... VOU FICAR
A VER NAVIOS?

NESSE CASO, VOCÊ
PODE BUSCAR UM NOVO
EXAME DO PROCESSO, PARA
QUE SE CONFIRME OU SE
MODIFIQUE A SENTENÇA,
APRESENTANDO RECURSO
PARA O TRIBUNAL REGIONAL



























ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**Presidente da Anamatra:**Germano Silveira de Sigueira

Diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra:

Noemia Aparecida Garcia Porto

#### Informação:

A comissão esclarece que, para melhor comunicação, substituiu, intencionalmente, algumas expressões técnicas por outras de fácil compreensão.

Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – Anamatra SHS, quadra 6, bloco E, conj. A, salas 602 a 608 Brasília/DF - CEP::70.316-000

w.anamatira.org.br/index.

www.anamatra.org.br

Comissão Nacional do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania – TJC:

Noemia Aparecida Garcia Porto Diretora de CDH
Eliete da Silva Telles
Amatra 1
Márcio Lima do Amaral
Amatra 4
Maria Zuíla Lima Dutra
Amatra 8
Rosemeire Lopes Fernandes
Amatra 5

Sandra Miguel Abou A. Bertelli

### Suplentes:

Amatra 4

Benimar Ramos de Medeiros Marins - Amatra 1 Carmen Richlin Amatra 6 Cristiane Montenegro Rondelli Amatra 15 Kelly Cristina Diniz Porto

Tiragem desta edição: 113.000 exemplares



Criação, argumento, desenho e arte-final: Marcos Vaz

Colorização digital e efeitos: Michele Brayner Thiago Brayner

### Email:

contato@marcosvaz.com.br

#### Sites:

marcosvaz.com.br brasilzinho.com.br brasilzinho.com.br/instituto blogdomarcosvaz.com.br

### Copyright:

©2004/2016 - Marcos Vaz Produções - Os personagens da Cartilha do Trabalhador em quadrinhos são de titularidade do cartunista Marcos Vaz, criador e possuidor dos direitos autorais.

### IMPORTANTE:

É proibida a reprodução total ou parcial desta publicação sem autorização prévia da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – Anamatra. A distribuição somente é autorizada desde que não haja alteração do conteúdo original, nem acréscimos de quaisquer espécies. Sua utilização não pode ter qualquer tipo de vinculação de caráter político-partidário ou fins comerciais.



Realização





### Patrocínio



